

POVO MANCHINERI E A TRÍPLICE FRONTEIRA DO BRASIL, BOLÍVIA E PERU: O VIVER ENTRE O LADO DE CÁ (ACRE) E, O LADO DE LÁ (PANDO E MADRE DE DIOS)

Maria de Jesus Morais

Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Acre

E-mail: mjmorais@hotmail.com

Alessandra Severino da Silva Manchineri

Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Rondônia

E-mail: amanchineri@gmail.com

Soleane de Souza Brasil Manchineri

Egressa do curso de mestrado em Letras: linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre

E-mail amanchineri@gmail.com

Resumo:

Este artigo versa sobre os diferentes momentos da história das relações interétnicas do povo Manchineri e o processo de formação e consolidação da fronteira internacional do estado do Acre (Brasil) e departamentos de Pando (Bolívia) e Madre de Dios (Peru). Do ponto de vista metodológico, realizamos uma revisão bibliográfica do processo de formação desta região e sistematizamos as diversas entrevistas com Manchineri sobre o contato com o não indígena. Além disso, fizemos novas entrevistas, com vistas a discutir como as lideranças Manchineri narram essas relações com o outro, o estrangeiro, o não indígena e os outros povos nativos da região fronteira. Dessa forma, os resultados do artigo apontam que os Manchineri vivem, hoje, em diferentes terras indígenas demarcadas e/ou reivindicadas, no estado do Acre, e nos departamentos de Pando, Madre de Dios e Ucayali. Em síntese, por viverem entre o lado de lá e o lado de cá, os Manchineri articulam vários dispositivos identitários, de forma a estabelecerem outros modos de sociabilidade/pertencimento sobre as quais se forjam espaços e lugares de diferença cultural, plural e singularmente vividos por alteridades indígenas contemporâneas.

Palavras-chave: *Povo Manchineri. Tríplice fronteira. Identidades étnicas. Fronteiras.*

Considerações iniciais

A tríplice fronteira, formada pelo estado do Acre, na Amazônia brasileira, pelos departamentos de Madre de Dios, na Amazônia peruana e, Pando, na Amazônia boliviana, se consolidou, historicamente, sobre territórios ancestrais de diferentes povos nativos, entre eles, os Jaminawa, Manchineri, Yine, Piro, Inapari, Catianas, Mascho, dentre outros. Além dos descendentes dos povos nativos, esta faixa fronteira é habitada, há 150 anos, por nordestinos, que, aqui, se transformaram em seringueiros e por migrantes dos altiplanos do Peru e Bolívia (PAULA; MORAIS, 2010). A exploração das gomas elásticas (*Castilloas Ullei*, o caucho e seringa¹), foi, portanto, o recurso econômico que motivou as atuais configurações territoriais e suas fronteiras.

Essa região fronteira foi alcançada pelas frentes de expansão da seringa e do *caucho* na segunda metade do século XIX. Sua formação sócio-econômica-territorial, desde então, é marcada por conflitos entre os chegantes e a população nativa. Tais conflitos são traduzidos

¹ Seringa em português (*shiringa* em espanhol) diz respeito às *heveas*: *brasiliensis*, *discolor*, *rigidifolia* e *spuceana* (REIS, 1953).

em lutas por recursos naturais, seja quanto à borracha e ao caucho, no passado, seja referente à madeira e ao ‘sequestro de carbono’, hoje.

Por sua vez, a história desta exploração econômica é também a história da expropriação territorial dos grupos indígenas e explorações do trabalho de nordestinos, que, na Amazônia, se transformaram em seringueiros, os trabalhadores das unidades produtivas, o seringal.

A formação regional e a posterior definição das fronteiras foram marcadas por conflitos e confrontos. Os barões do caucho e da seringa disputaram palmo a palmo as áreas de gomais e, tomaram partido dos estados-nações (Peru, Bolívia e Brasil) para a manutenção dos limites de seus empreendimentos. Vale ressaltar que a disputa, naquele momento, significava ter o domínio dos recursos econômicos em detrimento das disputas nacionais, principalmente porque eram espanhóis e portugueses, dentre outras nacionalidades, que compunham o quadro geopolítico da região (VALCUENDE, 2009, p. 83).

As disputas territoriais entre Brasil, Peru e Bolívia aconteceram no momento em que o látex se tornou matéria-prima essencial para a atividade industrial. Momento em que a região foi incorporada à dinâmica econômica mundial, isso aconteceu devido ao “impulso provocado pelo consumo da eletricidade, transportada por cabos forrados de goma, e também, pelo desenvolvimento da indústria automobilística e o uso de pneumáticos” (BELTRÁN, 2001, p. 01). Sem dúvida, a crescente demanda do mercado internacional valorizou as terras “onde cresciam as árvores cuja seiva se convertia em goma elástica, ou seja, a seringa e o caucho” (BELTRÁN, 2001, p. 02).

O início da invasão da Amazônia Sul-Occidental por uma população não indígena, em busca do látex, se deu a partir da segunda metade do século XIX. Estes adentraram, nestas matas, para extrair o “leite da seringueira e do caucho”. Nesse sentido, foi a exploração da goma que motivou a ‘Revolução Acreana’ e/ou *Guerra del Acre*² (1899-1903), conflito que definiu a atual fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia na Amazônia (BÉLTRAN, 2001). Vale ressaltar que quando inicia a exploração do látex, sob comando de seringalistas brasileiros, as terras exploradas pertenciam à Bolívia, pelo Tratado de limites de 1867 e, ao Peru, pelo Tratado de limites de 1851. Desse modo, a disputa pelo domínio das “árvores de leite”

² *Guerra del Acre* e/ou *campaña del Acre* é a denominação que os bolivianos deram para os conflitos territoriais na tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru, na passagem do século XIX para o século XX, cujo resultado foi a compra do atual estado do Acre pelo Brasil. Este conflito se deu sob o contexto de intensas disputas entre grupos de capitais internacionais e as oligarquias regionais a eles associados, pelo controle da produção e do fluxo da borracha natural. No estado do Acre, a *Guerra* é denominada como “Revolução Acreana”, com forte apropriação simbólica para legitimar a “conquista” e o domínio oligárquico regional (MORAIS, 2008).

provocou a redefinição das atuais fronteiras políticas sobre as fronteiras pré-existentes, originadas pelas disputas territoriais entre os diversos povos nativos.

Diante do exposto, objetivamos, primeiramente, discutir os diferentes momentos da história das relações interétnicas do povo autodenominado de Manchineri, habitante desta região fronteiriça. Ao mesmo tempo, procuramos mostrar, em segundo lugar, como as lideranças desse povo narram essas relações com o outro, o estrangeiro, o não indígena e os outros povos nativos da fronteira internacional. Ao compreender tais processos de interações, buscamos discutir, finalmente, os mecanismos identitários articulados pelos Manchineri para se definir como indígenas da/na tríplice fronteira, ora brasileiro, ora peruano, ora boliviano.

Do ponto de vista metodológico, partimos de uma revisão bibliográfica do processo de formação desta região. Para tanto, sistematizamos as diversas entrevistas de Manchineri sobre o contato com o não indígena, bem como realizamos novas entrevistas, com vistas a compreender o que é ser Manchineri, seja no Brasil, na Bolívia e/ou no Peru.

O artigo está organizado em quatro momentos. No primeiro, tratamos do sentido das fronteiras políticas. No segundo, discutimos acerca da definição dos limites internacionais entre os três países e, os processos socioculturais e econômicos vividos pelos Manchineri durante a exploração do *caucho* e da seringa. No terceiro, tratamos das territorialidades dos povos indígenas na fronteira trinacional, ou seja, da divisão dos Manchineri entre Acre (BR), Pando (BO) e Madre de Dios (PE). E, finalmente, tecemos algumas considerações finais sobre as implicações culturais e simbólicas do que significa viver do lado de cá e o lado de lá na tríplice fronteira.

Sentidos das fronteiras políticas: processo de formação da região transfronteiriça do Acre, Pando e Madre de Dios

Os termos limites e fronteiras fazem parte do nosso dia-a-dia e nos induzem a pensar, em um primeiro momento, em contatos, intercâmbios e barreiras. De fato, o limite é “uma abstração, uma linha imaginária, que não existe na natureza”, já dizia Pauwels, em 1925. Para Raffestin (1993), o limite é um sinal, “um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território”. Para o autor, “toda propriedade ou apropriação é marcada por limites, visíveis ou não, assinaladas no próprio território” ou em uma representação deste (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

No caso das populações indígenas da tríplice fronteira, formada pelo Acre (BR), Pando (BO) e Madre de Dios (PE), são muitos os limites e as fronteiras. Desde as do passado, as fronteiras dos povos originários que viviam nas terras altas (Andes) e nas terras baixas (Amazônia), que separavam os povos andinos dos indígenas das bacias hidrográficas dos rios Purus, Ucayali, Madre de Dios e Juruá, dentre outros (VALCUENDE, 2009). As do atual limite internacional entre as três nações, bem como os limites das terras indígenas, já demarcadas e/ou reivindicadas, até as fronteiras mais simbólicas, a de serem ora brasileiros, ora peruanos, ora bolivianos ou indígenas do Brasil, do Peru e/ou da Bolívia. O que significa dizer que, além das fronteiras materiais, identificáveis nos mapas, há também as fronteiras sociais que ‘separam’ indivíduos, grupos sociais, nações, mesmo que estas se encontrem em um mesmo espaço geográfico (PAULA e MORAIS, 2010).

A definição das fronteiras e dos territórios participa de projetos socioeconômicos e sociopolíticos e passa por fases de “funcionalização” ou de “desfuncionalização”, que são modificações que afetam tanto o território quanto o social no interior dela, ressalta Raffestin (1993). Nesta perspectiva, as fronteiras são construções geopolíticas datadas, são tempos inscritos nos espaços e, participam de diferentes jogos de interesses. Estas são definidas “como instrumentos para comunicar uma ideologia” (RAFFESTIN, 1993, p. 167), ideologia e poder de controle e legislação. Fronteiras e territórios são, portanto, criados para estabelecer domínios e demarcar territórios, são criados e instituídos para insinuar precisão. A questão fronteira, como discutida em Raffestin (1993), deve ser compreendida a partir de sua historicidade e de seus jogos de poder.

A fronteira política é uma descontinuidade geopolítica que possui uma função real de limitação da soberania, uma função simbólica, de designar o pertencimento a uma comunidade e, uma função imaginária que conota uma relação com o outro, o vizinho, com sua própria história e seus mitos fundadores. A fronteira é, portanto, o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados (FOUCHER, 1986), mas também é uma zona de interação, como nos lembra Haesbaert (HAESBAERT, 2020). Neste sentido, a fronteira é um marco que limita, que separa e que agrega.

Já as fronteiras econômicas dizem respeito à discussão em torno do avanço das sociedades nacionais sobre novos territórios, e, é concebida como o *front* de expansão

econômica e cultural, e, local de tensões e conflitos com a população local (REBORATTI, 1990).

As fronteiras econômicas trazem implícitos confrontos e conflitos, pois é o lugar da alteridade e, como diz Martins (1997, p. 150), é o “lugar do encontro e desencontros” dos que, “por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terras, de um lado, e os camponeses pobres, de outro”. Todavia, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um “lugar de descoberta do outro e de desencontros”. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo, mas o desencontro de “temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (MARTINS, 1997, p. 150-151).

Vale ressaltar que a concepção de fronteira que estamos trabalhando é tanto a concepção de limite, como delimitação territorial da atuação jurídica do Estado-nação e delimitação territorial das terras indígenas, quanto à concepção de fronteira enquanto *front* de expansão econômica e cultural. A fronteira é, portanto, concebida como o traço definidor de poderes territorialmente instituídos, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados-nações e/ou outros territórios instituídos, mas também, como zona de interação, como parte constitutiva da vida regional transfronteiriça e local de conflitos, questão esta que nos debruçaremos a partir de agora.

Durante todo o século XIX, a região amazônica foi alvo de diversas expedições de reconhecimentos. As expedições nacionais tinham o intuito de desvendar os segredos do labirinto fluvial amazônico, como também conhecer para controlar a força de trabalho, no caso principalmente a indígena. As internacionais, além de desvendar os segredos dos rios, objetivavam também descobrir as suas potencialidades econômicas. Mas, a grande questão era descobrir se existia uma interligação entre o rio Purus e a bacia do rio Madeira. Obviamente que este caminho não foi descoberto, pois não existe esta interligação fluvial, porém as expedições revelaram a existência de áreas de gomais.

O princípio da invasão e colonização, no hoje estado do Acre, segundo Rancy (2008), se deu por volta de 1850, quando os “encarregados de índios” percorreram os rios Purus, Acre e Juruá, em busca das drogas do sertão e depois dos locais das seringueiras. Dentre as expedições de reconhecimento e de exploração, destaca-se a viagem de João Correia, em 1850 ao vale do rio Juruá, Manuel Urbano da Encarnação no período de 1860 a 1866 e de Wiliam

Chandless³, no período de 1863-1865, que teve como guia Manuel Urbano da Encarnação, ao rio Purus. Em 1871, Manuel Urbano também serviu de guia para Antônio Rodrigues Pereira Labre, que vinha acompanhado de maranhenses que fundaram o povoado de Lábrea, na margem do rio Purus, na província do Amazonas (ROCHA, 2016).

Dentre estas expedições, destacamos a de W. Chandless. Este, navegou o rio Purus, para desvendar a questão da ligação deste, com o rio Madre de Dios, afluente do rio Beni, um dos formadores do rio Madeira. Expedição que buscava um canal de ligação entre os dois rios, de modo a evitar o trecho encachoeirado do rio Madeira, para assim possibilitar a livre navegação entre o Amazonas/Mato Grosso/Bolívia. O relato, *Notes on the river Purus*, foi publicado, em 1866, no *The Journal da Royal Geographical Society*, em Londres. Acompanha o Relato um mapa do rio Purus, com o qual ele ganhou a medalha de ouro, pelo seu mérito científico. Além da questão da navegabilidade, Chandless traz informações preciosas sobre os povos indígenas na calha do rio Purus, que denotam o grau de contato destes com os não indígenas. A leitura do relato em Londres aconteceu no contexto da discussão da abertura dos rios amazônicos à navegação internacional, o que ocorreu em 1866 (ISHII, 2011).

Do lado da Amazônia peruana, as principais expedições de reconhecimento e de exploração foram realizadas no período de 1848 a 1896. Estas expedições também tinham o propósito de conhecer os territórios dos rios Madre de Dios, Beni, Madeira, Ucayali e, conseguinte encontrar uma saída para o Oceano Atlântico, de forma a evitar as ‘terríveis’ cachoeiras do rio Madeira (BELTRÁN, 2001).

Do lado boliviano também houve expedições de reconhecimento e exploração. Estas iniciaram em 1825 e se estenderam até os primeiros anos do século XX. Estas expedições denotam o interesse do Estado boliviano, daquele período, em ocupar suas fronteiras, ainda que apenas formalmente. A região gomífera era desconhecida, mas já se tinha notícias da presença de *brasileños* (BELTRÁN, 2001).

No final do século XIX, com a “indústria gomera” crescendo e pouco antes da *Campaña del Acre*, o governo boliviano enviou em 1892, 1895 e em 1897 expedições de reconhecimento, dirigidas por José Manuel Pando, futuro Presidente da Bolívia. Imputados pelo crescente interesse das gomas elásticas, os exploradores, à exemplo de José Manuel

³ William Chandless, após a expedição do rio Purus tornou-se sócio da *Royal Geographical Society* de Londres (ISHII, 2011).

Pando, se aventuraram por novos espaços, ao norte e a noroeste, recorrendo “as margens dos rios até encontrar os ansiados *siringales*, que seriam os espaços nos quais assentariam seu direito de exploração” (BELTRÁN, 2001, p. 07).

O processo inicial da colonização da Amazônia peruana, boliviana e acreana foi impulsionado, portanto, de início pela exploração das “drogas do sertão” e depois pela exploração das árvores de leite ou látex extraídos, tanto das *Castilloas Ullei* (caucho) quanto das *heveas*, consideradas na época o ouro negro. Neste contexto não podemos entender a colonização não indígena e, a desestruturação dos territórios da população nativa desta região, sem nos referimos ao *caucho* e à seringa.

O processo de invasão e/ou ocupação da região do Acre, Pando, Madre de Dios e Ucayali, se deu através dos rios Madre de Dios, Ucayali e Javary, vindo dos Andes peruanos, do Mamoré, Beni e seus afluentes vindo pelos Andes bolivianos e, do Madeira, Purus e Juruá, pelos quais entraram principalmente os migrantes nordestinos, vindo pelo porto de Belém. Este povoamento se deu em confronto com a população nativa. Alguns grupos descendentes destas, relatam que: “se os nordestinos atacavam, os índios corriam para as cabeceiras dos rios, os caucheiros peruanos atacavam e os índios corriam, corriam, para outra direção” (AQUINO, 1980).

A extração das *heveas* e do *caucho* e o processo de invasão/ocupação decorrente, foram diferenciados. A extração do *caucho* implicava na derrubada da árvore. O que resultou em um povoamento nômade, de avanço contínuo em busca de novas árvores. O *Caucho* era abundante nos vales dos rios Alto Juruá, Alto Purus, Madeira, Napo, Putumayo, dentre outros. Já as *heveas* predominavam na Amazônia brasileira e boliviana e, sua exploração resultou em uma ocupação permanente, com a formação de núcleos populacionais estáveis e de fixação do homem na floresta. A exploração do *caucho* e da seringa foram a base da configuração espacial do Brasil, Peru e Bolívia, na região hoje compreendida pelos estados do Acre, pelos departamentos de Pando, na Bolívia e Madre de Dios e Ucayali, no Peru (CUNHA, 2000).

Do ponto de vista do povoamento da Amazônia boliviana, este foi realizado por empresários que traziam, de outras regiões. Nesta região, a goma “provocou a invasão de crioulos, mestiços e *barraqueros* provenientes de Santa Cruz, Cochabamba e La Paz” e também do Brasil e Peru. Em 1899, estima-se a existência de 60.000 brasileiros trabalhando na extração do látex em seringais do lado boliviano (CÉSPEDES, 2005).

No Peru, território do *caucho*, a dinâmica das invasões por não-indígena foi a seguinte: em 1880, as árvores de *cauchos* começam a ficar escassas na “região de Putumayo, aí os extratores se deslocaram rio abaixo pelo Amazonas, entrando no Javari em busca de novas áreas para explorar” (VALCUENDE, 2009, p. 69). Os que atuavam ao longo do rio Ucayali “começaram a se mover para os afluentes desse rio” (BASADRE, 2004, p. 73). Na década seguinte, os caucheiros deslocaram-se para o Leste, encontrando caminhos inter fluviais, utilizados pelos indígenas, que facilitou o avanço entre as cabeceiras dos afluentes diretos dos rios Ucayali, Javari, Juruá e Purus (VALCUENDE, 2009).

No Vale do rio Juruá, os peruanos começaram a “invadir a região em 1896, para a instalação de alguns postos comerciais e extração do caucho” (TOCANTINS, 2001a, p. 213). Os caucheiros começaram arrendando alguns seringais e, se “fizeram aproximar dos próprios brasileiros, com os quais jamais se desentenderam ali” (p. 213); também, foram seringueiros em seringais de brasileiros.

A população nativa que viviam na região desde tempos imemoriais foi incorporada ao extrativismo vegetal, do *caucho* e da seringa, em processos de mobilidade forçados. O tempo do *caucho* e da seringa, como são lembrados pelos grupos indígenas, representa uma espécie de retorno a um ‘ponto zero’, a origem da ‘história’ para esses grupos que, mais que outros, “sofreram os efeitos devastadores de trabalho forçado nas explorações *caucheiras*”. Período em que “os maiores “barões do *caucho*”, como “Julio César Arana, Carlos Fermín Fitzcarrald, Nicolás Suárez”, na Amazônia peruana e boliviana e os “coronéis do barranco” da parte brasileira deixaram uma triste memória, que marca as lembranças dos indígenas da região, como um tempo de antes e um tempo do depois (PIZARRO, 2015, p. 318).

Do lado brasileiro, o recrutamento da mão-de-obra se deu da seguinte forma, inicialmente, os padrões brasileiros tentaram trabalhar com os indígenas, não dando certo, incentivaram a vinda de nordestinos. Estes chegaram na condição de “brabos”, desconhecedores do ambiente e do trabalho, depois se ‘amansaram’ e, passaram a realizar também, as “correias” contra os indígenas. As ‘correias’ tinham o intuito de “limpar a terra e os obstáculos ao progresso” (VALCUENDE, 2009, p. 41).

Na guerra contra os nativos, uma outra estratégia, além das correrias, utilizada foi a ação dos “pacificadores de índios”. Estes assumiam a função de protetores; na prática, uma forma de ‘amansar o brabo’ e convertê-lo em seringueiro ou trabalhador da seringa e do *caucho*. Homens como Manuel Urbano da Encarnação e Felizardo Cerqueira são exemplos,

na Amazônia brasileira, de pacificadores de indígenas. O primeiro, um mestiço que já percorria o Purus, desde 1845, extraindo especiarias e de passagem, empurrando as nações indígenas para a margem do rio, fazendo-a povoar e trabalhar em roças de mandioca e outras plantações (CARDOSO, 2017). O segundo, um cearense, que nos altos rios Juruá e Purus proclamava-se “protetor de índios, entre estes os Kaxinawá, os quais marcava com as iniciais FC, livrando seus índios de cair no cativeiro de outros patrões” (IGLESIAS, 2008, p. 142).

O movimento expansionista, decorrente da frente de expansão das gomas elásticas e o jogo de interesse dos patrões da goma, obrigou os governos do Brasil, Bolívia e Peru, a tomarem decisões para consolidar a soberania naqueles territórios, para assegurar suas fronteiras políticas e, assim, atender aos interesses dos donos das *caucherias* e dos seringais e, dos estados-nações, pois a renda produzida pela venda da borracha permitiu, por exemplo a Reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro.

Os barões da borracha dos três países disponibilizaram mão-de-obra e recursos financeiros para defender as fronteiras nacionais. No caso de Nicolás Suarez, inicialmente a *Guerra del Acre*, não o afeta, mas este temendo a “vulnerabilidade da região, doou dinheiro ao Estado boliviano para sustentar o exército nacional” (VALCUENDE, 2009, p. 82). Depois, dividiu seus trabalhadores entre seringueiros e sentinelas. Em troca, o governo boliviano comprometeu-se a reembolsá-lo pela iniciativa, com a destinação de terras e bônus após o conflito internacional. No lado peruano, houve participação ativa dos *caucheiros* Mario Valdes Donzales e Máximo Rodriguez, cujos trabalhadores (índios e não índios) foram também os soldados postos a serviço tanto da extração da borracha e *caucho* quanto da defesa da nação que estavam representando (VALCUENDE, 2009, p. 82).

O povoamento do lado brasileiro não respeitou os tratados de limites e os acordos internacionais e isto, desencadeou conflitos e disputas para afirmação ou redefinição dos limites geográficos, em uma região, até então considerada despovoada. Como ressalta Tocantins (2001b, p. 58), os rios “pareciam indicar o caminho natural para os brasileiros, donos de quase toda a bacia hidrográfica da Amazônia” e, os nordestinos “ávidos em cortar a árvore da fortuna”, não encontraram “nenhum impedimento quando transpuseram, aos milhares, a linha fronteira”, e nem havia, naquele tempo, “qualquer demarcação no terreno” (TOCANTINS, 2001b, p. 44).

A atual linha fronteira do Peru, Brasil e Bolívia tem origem, portanto, em meados do século XIX, no contexto da exploração do látex e do *caucho*. Logo, em um entrelaçado processo de escala local, nacional e mundial (ARRUDA, 2009).

A definição da fronteira internacional amazônica do Brasil, com o Peru e a Bolívia e a divisão dos povos indígenas

Os antecedentes da questão fronteira entre o Brasil (Acre), a Bolívia (Pando) e o Peru (Madre de Dios e Ucayali) são provenientes do século XVIII, do Brasil Colônia. Pelo Tratado de Madri (1750), as terras de Portugal e Espanha, no sudoeste da Amazônia, ficaram delimitadas por uma linha leste/oeste, que partia do rio Madeira, de um ponto situado à meia distância entre a foz dos rios Mamoré e Amazonas, até encontrar as nascentes do rio Javari, ponto incógnito naquela época. O Tratado de Madri foi substituído pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), que, por sua vez, ratifica aquelas linhas limítrofes, mas nem um e nem o outro país, como ressalta Tocantins (2001b), tinha conhecimento, de fato, das terras que estavam disputando e dividindo.

A questão dos limites entre o Brasil e a Bolívia, na Amazônia, remonta a 1867, e entre o Peru e o Brasil, a 1851. Ambos os Tratados já reconheciam o princípio do *Uti possidetis*, que diz respeito às terras já povoadas por qualquer uma das partes interessadas e que definia que cada uma destas nações conservaria o que tivesse ocupado (REIS, 1953). Segundo Tocantins (2001b, p. 153), esses tratados foram assinados pelos três estados-nações, e, também não se conheciam “um palmo da geografia daquele gigantesco e desértico espaço, entre o (rios) Madeira e o Javari”.

Da década de 1870 até o final da década de 1890, os ‘acidentes’ geográficos utilizados para a escrita dos limites foram objeto de atritos entre as comissões demarcatórias da fronteira (MELLO, 1990, p. 18). A partir das informações do major-general José Manoel Pando, um dos principais expedicionários da Bolívia, em um “arroubo patriótico”, informara o Presidente da Bolívia da importância econômica dos territórios bolivianos, ocupados por “industriais brasileiros” nas “remotas plagas até então desconhecidas pelos da sua gente” (CALIXTO, 2003, p. 91), tem início a denominada ‘Revolução Acreana’ e/ou *Guerra del Acre*.

O relatório de José Manuel Pando, dizia que chegando ao rio Acre, constata que “muitos industriais, de diversas nacionalidades, (estavam) de posse de propriedades seringueiras, com títulos definitivos ou provisórios”, e advertia que era “necessário garantir ou regulamentar o exercício dos direitos que adquiriram” (ACRE, 2002, p. 33). O governo

interveio a partir de janeiro de 1899 com a instalação de uma Aduana nas margens do rio Acre, com o nome de Puerto Alonso, onde hoje é a cidade de Porto Acre, no estado do Acre.

As primeiras medidas do Consul boliviano, nestas paragens, muito desagradaram, os brasileiros, donos e os candidatos a donos de seringais, pois eram tidas como nocivas aos fins econômicos dos seringalistas (TOCANTINS, 2001b). Com as novas normas, no sentido de regulamentar a propriedade seringalista e disciplinar o corte da seringa, desencadearam-se reações de resistência contra a ocupação da Bolívia nos territórios dos altos rios. Mas, até 1902, o governo brasileiro considerava estas terras como bolivianas, pelo Tratado de 1867. Mas, em 1902, diante da formação do *Bolivian Syndicate*, o governo brasileiro muda a interpretação do Tratado com a Bolívia, a partir de então, passa a ser um “território ocupado por nacionais”.

No que diz respeito à convivência entre brasileiros do Acre e peruanos, Euclides da Cunha ressalta que, até 1903, os “brasileiros viam nos peruanos menos o estrangeiro que sócios na mesma empresa contra as dificuldades naturais”. Mas, depois de 1903, os peruanos tentaram “estabelecer, com todo o aparato oficial, uma *comisaría* peruana na foz do rio Chandless” (CUNHA, 2000, p. 314)

O governo peruano, entre 1902 a 1904, começa, a exemplo da Bolívia, a tentar tomar posse das terras que pretendia no vale do Juruá e Purus. Com os peruanos não houve guerra declarada, mas dois conflitos foram registrados: o da localidade Funil, onde peruanos foram mortos por brasileiros do rio Acre, e no rio Amônia, onde uma tropa do exército brasileiro, sob o comando do então prefeito departamental, coronel Taumaturgo de Azevedo, em 1904, expulsou os peruanos do barracão do seringal Minas Gerais, hoje terras do município de Marechal Taumaturgo, na fronteira do Brasil com o Peru (MORAIS, 2008).

A fronteira entre o Brasil e Bolívia foi definida em 1903, através da assinatura do Tratado de Petrópolis. A fronteira política do Brasil com o Peru foi definida após a entrega de relatórios das comissões mistas de reconhecimento. Elas foram criadas com a finalidade de atestar o “*uti possidetis*” ao longo dos rios Purus e Juruá. Para o vale do Juruá, fora mandado Belarmino de Mendonça, e para o vale do Purus, Euclides da Cunha. Em 1909, através do Tratado do Rio de Janeiro, fora definida a fronteira do Brasil com o Peru.

A definição da fronteira se deu com a assinatura dos tratados de limites e, com isso encerra-se a *Guerra del Acre* e/ou Revolução Acreana. Esta fornece, por conseguinte, as referências identitárias do Acre, tanto as geográficas quanto as históricas; elege, também, os

personagens qualificados pelos atributos de força, audácia e perseverança, acionados pelo discurso identitário da Acreanidade. Neste discurso a violência do encontro entre índios e não-índios, é ressignificada, e, é amenizada em detrimento da incorporação do Acre ao Brasil. Nas diversas narrativas, fruto das entrevistas que temos realizado com os Manchineri, em nenhum momento este episódio Revolução Acreana são referidos. Apesar, do discurso oficial da Acreanidade afirmar que índios e seringueiros lutaram lado a lado, em parceria com os patrões, pela defesa destas terras para o Brasil.

O acreano, enquanto povo, foi inventado a partir do evento Revolução Acreana; antes, não existiam acreanos nos altos rios e, sim, cearenses, maranhenses, pernambucanos, norteriograndenses – ligados ao extrativismo da borracha –, e árabes, portugueses, sírios, libaneses, turcos – ligados ao comércio de mercadorias; todos viviam nos rios Acre, Purus, Xapuri, Iaco, Caeté e tantos outros (MORAIS, 2008).

Esse povo só passou a ser “denominado de acreano após a criação do Território Federal do Acre, em 1904”. O “acreano (ex-nordestino, ex-cearense, o banido pela seca, o renegado) surgiu na relação com o chão (com o Acre, o rio) e, também, na relação com o outro (o boliviano, o peruano e, as diversas nações indígenas)” (MORAIS, 2008, p. 278). Desta relação, surgem, também, os pandinos, madreirino e uacaylienes.

Territorialidades do povo Manchineri na fronteira do Acre, Pando e Madre de Dios

Os três grupos étnicos que vivem nesta região fronteira, segundo Valcuende (2009) e Arruda (2009), são os Yaminahua, também denominados de Yaminawa, Jaminawa, Marinahua; os Manchineri também denominados de Machineri, Mantineri e os Piro/Yine.

Os Manchineri e os Piro seriam, segundo Arruda (2009), descendentes dos Kochitsineru, Hahamluneru, Hijwutatuneru, Wenexeru. Himnuneru, Mastineru, Cocamolineru, Getuneru, Pleneru e Mayineru. As lideranças Manchineri atuais, explicam que são “fruto da confluência de grupos que migraram” de diferentes lugares e que, depois, “passaram a estabelecer alianças através do casamento”, no tempo que eram explorados pelos *caucheiros* e seringalistas (VALCUENDE, 2009, p. 113).

As narrativas dos indígenas sempre versam sobre o período do auge da exploração gomífera, como o período do contato dos povos nativos com os ‘brancos’, estabelecendo uma linha divisória entre um antes ‘tradicional’ e um depois, de muitas atrocidades contra estas populações.

Seu José Severino da Silva Manchineri⁴, em entrevista de 2010, nos descreveu onde eles viviam quando se deu o processo do contato com os “brancos”,

Antigamente o Povo Manchineri percorria de cabeceira em cabeceira os rios Tahuamanu, o Pedra e o Ucayali, e isso fica no Peru. Mais o Povo Manchineri toda vida morou aqui mesmo no rio Iaco até o “branco” chegar. A gente tinha uma grande maloca bem em frente ao local que foi instalado o Seringal Boa Esperança até a boca do (rio) Abismo. Junto com os Manchineri viviam outros povos, os Katiana e Jiwutane. Hoje me lembro que vive um Katiana no Seringal Icuriã, o outro povo não existe mais, porque quando o boliviano caucheiro fez a correria contra os Manchineri, os Jiwutana morreram ou ganharam mata e não apareceram mais. Em nosso passado fomos o povo mais guerreiro e caçador de nossa região. Segundo estimativas, em nosso passado, fomos mais ou menos 2.000 pessoas, ocupando desde o alto Iaco, a partir do igarapé Abismo, até a área que depois foi o seringal Nova Olinda e o seringal Petrópolis, chegando até mesmo a Sena Madureira e Assis Brasil (cidades). Os Manchineri compartilham com os Piro, no Peru, (e são do mesmo tronco linguístico o aruak (do ramo Maipure)) boa parte de seu sistema sócio cosmológico, podendo ser considerados grupos que fazem ou já fizeram parte de um mesmo povo (MANCHINERY, 2019, p. 96).

Jaime Lhulu Prischo Manchineri⁵, em entrevista de 2010, nos situa do processo de invasão dos antigos territórios indígenas,

Nós Manchineri antes do contato e de exploração das frentes extrativistas e dos caucheiros peruanos, éramos vários grupos divididos que formávamos os Yineri (gente) e Yine (nós), morando todos próximos e casando-se entre si. Só os antigos Piros que não viviam como um único povo, mas eram divididos em muitos grupos, ou seja, o neru. Viajávamos acima e abaixo para confeccionarmos nossas vestimentas e outros acessórios. Além de praticar um pouco da comercialização com outros povos. O que nunca vendíamos e nem trocávamos era nosso Poncho (roupa longa que cobre pernas e braços e, é feito de algodão) pelos antigos Manchineri. Nós Manchineri passamos a sofrer com as correrias por causa das duas frentes de pressão: do Peru para o Brasil, por caucheiros, e do Amazonas para a Bolívia, por extratores de borracha que se fixaram com suas famílias na região. No primeiro momento não fomos incorporados como mão-de-obra extrativista. Só a partir da queda da borracha é que fomos obrigados a cortar *caucho* e seringa e, até trabalhar para os patrões em suas casas. Assim homens e mulheres e, até crianças, começaram a servir como mão-de-obra barata, fazendo serviços para o enriquecimento dos patrões.

Uma das estratégias para tentar controlar o povo Manchineri foi a destruição de nosso modo vida, nossos costumes, nossas línguas, tradições e crenças que ainda hoje, estamos tentando preservar. Um dos principais aspectos que levaram o povo Manchineri a servir de mão-de-obra barata foram os grandes conflitos grupais e intergrupais de Manchineri e outros povos do tronco linguístico aruak, pano e arauá. Tal conflito gerou a extinção de alguns povos, assim como os Catianas que viviam no mesmo território que os Manchineri e, eram menores em números. Após a exploração gomífera, que causou grande perda territorial, cultural e um processo de dispersão de nosso povo, buscamos resgatar tudo aquilo que foi destruído. Para levar todo nosso conhecimento tradicional, cultural, social e econômico adiante, sem interferência e destruição em nosso meio; mantendo nossos aspectos cosmológicos e toda nossa ancestralidade que preservamos até a atualidade, levando em consideração e valorizando todo o conhecimento de nossos antigos caciques e pajés (MANCHINERY, 2014, p. 41-42).

⁴ José Severino da Silva Manchineri, apelido “Zé Urias”. Foi uma importante liderança na luta pela demarcação da TI Mamoadate, hoje vive em Rio Branco/AC.

⁵ Jaime é professor e Coordenador no Núcleo de Educação Indígena em Assis Brasil e, vive entre esta cidade e a aldeia Nova União, na Terra Indígena Cabeceira do rio Acre.

Em entrevista de fevereiro de 2020, seu Zé Urias nos explica como os Manchineri começaram a trabalhar para os brancos,

Houve muitas correrias por parte dos caucheiros bolivianos que matavam muita gente. Ninguém tinha sossego. Foi quando Avelino Chaves saiu em busca de encontrar índios para trabalhar nos seringais. Ele saiu procurando os índios porque muitos fugiram para não morrer nas correrias. E, como os caucheiros estavam assassinando os índios, Avelino Chaves disse que era amigo dos índios e que não queria matar, mas levar eles para trabalhar. Como muitos antigos foram se esconder próximo aos igarapés, como no igarapé Abismo, local onde Avelino Chaves encontrou muitos que estavam fugindo da matança, pois estavam se escondendo já fazia um mês. Outros decidiram ir para o rio Tahuamanu. Isso ocorreu porque muitos Manchineri haviam resistido e mataram muitos caucheiros peruanos e bolivianos, por isso foram perseguidos para serem mortos. Avelino levou os Manchineri para trabalhar nos seringais, sendo um deles o seringal Guanabara (MANCHINERI, 2020, p. 38).

Nas três falas acima percebemos como a frente extrativa do *caucho* e da borracha marca as narrativas sobre a história do povo Manchineri. A frente extrativa de uma certa forma é o ponto zero para o início da narrativa e, funda, como ressalta Chirif (2007, p. 137) a imagem do outro, distinto, não indígena, que serve como uma “estratégia discursiva sobre a suposta unidade de ser”. Esse marco fundador faz parte das dimensões histórica e geográficas da construção da identidade Manchineri. A dimensão histórica está ancorada em uma memória coletiva, que também é reconstruída, principalmente pela fala dos anciãos. Já a dimensão geográfica está ancorada nos “espaços de referência identitária”, dos espaços de vivência antes do contato.

Após o auge da exploração do látex, a população indígena sobrevivente e seus descendentes, continuaram vivendo nas colocações dos seringais. Mas a partir da década de 1960, com a queda dos preços da borracha no mercado mundial e, com o início da desativação dos seringais e, a chegada de criadores de gado do Centro Sul, a população indígena e/ou cabocla, passa novamente por um intenso processo de expropriação territorial (ARRUDA, 2009).

Como desdobramentos da chegada da frente agropecuária, as regiões dos vales dos rios Purus e Juruá foram locais de grandes disputas territoriais. Aquino (1980) ressalta como se deu o processo de expropriação territorial a que índios e seringueiros no Acre foram submetidos,

os seringais foram vendidos com índios e seringueiros acreanos dentro deles, e que exerciam atividades produtivas de roçados e do corte da seringa. Índios e seringueiros, transformados em posseiros com a desarticulação dos seringais, passaram a ser ameaçados pelos novos donos de suas terras e matas. (AQUINO, 1980, p. 99).

Diante da conjuntura, no Acre, naquele momento, marcada pela compra dos seringais por grupos econômicos do Centro-Sul do país, os chamados "paulistas", e pelo surgimento de graves conflitos pela posse da terra entre fazendeiros e posseiros-seringueiros e posseiros/índios, organiza-se a resistência com apoio do CIMI e da Comissão Pró-Índio. A FUNAI chega no Acre, em 1976 e, inicia o levantamento da população cabocla para saber se eram índios mesmos.

Naquele momento, os diferentes povos indígenas do estado do Acre viviam como caboclos amazônicos, para não serem confundidos com indígenas, com medo da repressão e discriminação. Pequenos grupos indígenas conseguiram se refugiar nas cabeceiras dos rios mais isolados, mas grande parte na tentativa de passarem por caboclos, adotaram hábitos dos seringueiros, como morar em “casas de madeira construída sobre palafitas” (MAHER, 1998: p. 122). Esse contexto é denominado por López (2005) como de *exoinvisibilación*, o que significa dizer, invisíveis para os Outros. Tratando-se de se manter distante e evitando o uso de suas dinâmicas socioculturais. Houve, portanto, uma invisibilidade da identidade indígena, pois para escapar da violência do contato, os índios abandonaram traços culturais que os denunciavam como tais.

Com os conflitos para permanecer na terra, no contexto das décadas de 1970 e 1980, houve uma emergência étnica/indígena, pela qual as populações que anteriormente camuflavam sua identidade como indígenas se colocam no centro das discussões e reivindicações de direitos que essa condição oferecia, com base no Estatuto do Índio. Nesse sentido, a recuperação de uma identidade indígena esteve associada à descoberta da existência desses direitos (OLIVEIRA, 1999).

A definição dos territórios indígenas se fundamentou na ocupação efetiva e na longa duração dessas ocupações, que forneceu um peso histórico às suas reivindicações territoriais, muitas vezes ancoradas na memória dos mais antigos e no reconhecimento de seu vínculo territorial e de sua condição de indígena. Os índios, ao serem incorporados à empresa seringalista, se “misturaram” com os cariús tanto maritalmente quanto do ponto de vista econômico, incorporando muito dos costumes dos não-índios e sendo denominados genericamente de caboclos. Nesse sentido, João Pacheco de Oliveira (1999), em estudos sobre os “índios misturados do Nordeste”, traz uma importante contribuição para compreender a emergência indígena das últimas décadas, já no contexto pós aprovação da Constituição de 1988.

Neste contexto o povo Manchineri teve as suas terras delimitadas e demarcadas. Das antigas ocupações territoriais os Manchineri vivem atualmente, na fronteira tri-nacional do Acre (Brasil), Pando (Bolívia), Ucayali e Madre de Dios (Peru), como podemos perceber no quadro 01.

Terra Indígena	Município-País
Cabeceira do Rio Acre (Manchineri-Jaminawa)	Assis Brasil/Sena Madureira (Acre-BR)
Mamoadate (Manchineri-Jaminawa)	Sena Madureira-Assis Brasil (Acre-BR)
Seringal Guanabara (Manchineri)	Assis Brasil-Brasil (Acre-BR)
Comunidade Nativa Bélgica (Yiné-Piro-Manchineri)	Iñapari (Tahuamanu-Madre de Dios-Peru)
Comunidad Nativa de Oceania (Yiné-Piro)	Ibéria (Madre de Dios-Peru)
Comunidad Nativa Bufe Pozo (Yine e Manchineri)	Ucayali (Peru)
Terra Comunitária de Origem Yaminahua/Machineri (Jaminawa e Manchineri)	Bolpebra (Pando-Bolívia)

Quadro 01 – Terras Indígenas do povo Manchineri na zona da tríplice fronteira
Fonte: dados de entrevistas e Valcuende (2009).

Além das Terras Indígenas e Comunidades Nativas elencadas acima, os Manchineri, vivem ainda em terras do antigo seringal Macauã (na Reserva Extrativista Chico Mendes) e, em algumas cidades da fronteira internacional, como Bolpebra, na Bolívia, Assis Brasil, Rio Branco e Brasília, no Brasil e Inapari, no Peru.

Na cidade de Brasília, vivem no bairro periférico Samaúma; em Rio Branco, capital do estado do Acre, vivem em dezessete bairros periféricos. Em Bolpebra, cidade boliviana da tríplice fronteira, indígenas brasileiros, “podem ser vistos já no caminho de entrada na vila, em casas toscas, quase acampamentos, na beira do rio Acre, como é o caso de famílias Jaminawa e também Manchineri”. São vistos também na margem do rio, atravessando a pé, para comprarem materiais eletrônicos, que são mais barato na Bolívia. Também são vistos aos domingos nos restaurantes em Inapari, cidade peruana. Os Yine e Manchineri vivem também, na cidade Inapari, no Peru (MANCHINERY, 2019).

Na tríplice fronteira, cotidianamente, as pessoas transitam de um lado a outro do limite internacional, por motivos variados, como atividades comerciais, de trabalho e de lazer. Na fronteira, se mesclam idiomas, e surge o Portunhol. Algumas famílias registram seus filhos nos países vizinhos e, assim mantém a dupla cidadania, como estratégia de facilitar a mobilidade. Como ressaltado por Lucena (2012), a política dos países, os interesses pessoais, as relações sociais e afetivas definem o documento que será utilizado no dia a dia.

Com relação aos fluxos comerciais e alimentícios, na fronteira transacional impera a lei da oferta e da procura. As compras são realizadas de acordo com o câmbio do momento e, é comum encontrar peruanos e bolivianos abastecendo nos supermercados das cidades de Assis Brasil e Brasiléia, e, por sua vez, brasileiros comprando no Peru e na Bolívia.

Para exemplificarmos a mobilidade transfronteiriça, trouxemos a fala de seu Rero Brasil, de 65 anos, atualmente morador de Rio Branco/Acre. Este, começa explicando o próprio sobrenome, “sou filho de Paulo Brasil Manchineri e Elvira Brasil Manchineri. Meus pais tinham outro sobrenome, mas como foram adotados como filho de criação do velho Brasil⁶, daí receberam o sobrenome, Brasil” (MANCHINERI, 2020, 27). E continua esclarecendo as suas andanças, na região fronteiriça, ao destacar o papel dos missionários, no amansamento dos indígenas,

Em 1959, meus pais foram morar numa aldeia Manchineri chamada Nova Vida, próximo ao Seringal Bélgica (Peru). Nessa época, veio alguns professores Piros que convenceram meus pais a voltarem para o Peru, já que eles eram Yine, e estávamos vivendo em seringais de brasileiros. Além dos demais que estavam na mesma colocação. Pois no Peru, já havia professores que davam aula nas aldeias Yine, e, eles poderiam aprender a ler, pois havia uma norte americana evangélica que estava em missão. Nessa época, a missionária, começou a pregar o evangelho. Ela tinha muito interesse em aprender a língua Manchineri que resultou no alfabeto Manchineri. No ano de 1961, meus pais morreram de uma epidemia de sarampo na aldeia Nova Vida. E, em 1962, fui vendido por meu cunhado por uma coberta e uma garrafa de cachaça para uma família peruana, Dom Justo Bezada, dono do seringal Bélgica e fazendeiro na época (MANCHINERI, 2020, p. 27).

Seu Rero Brasil, depois de várias tentativas, fugiu do Bélgica e voltou para o Acre, para a aldeia Extrema, na Terra Indígena Mamoadate. Na TI, se tornou barqueiro da FUNAI e, tinha a função de levar mercadorias e pessoas para a cidade e, da cidade para a aldeia. Depois, saiu da FUNAI e foi morar no Peru novamente, por escolha própria. Naquele país, trabalhou como garimpeiro de 2000 a 2002 e, como madeireiro de 2003 a 2017, quando retorna, novamente, para o Acre e, hoje, vive na cidade de Rio Branco.

Sobre a mobilidade territorial na fronteira transnacional, trouxemos, também a fala de Jaime Lhulu Manchineri. Ele nos explicou como e porque veio morar no estado do Acre,

Eu vim do rio Ucayali duma comunidade indígena chamada Pampa Hermosa. Naquela época o pai já era professor de alfabetização. No decorrer do tempo, ele foi transferido para a Região do rio Urubamba para uma comunidade chamada Bufe Pozo. Quando eu tinha 6 anos de idade a minha mãe faleceu de parto. Aos 10 anos o pai se juntou com uma mulher que foi daqui do Brasil para o Peru. Ela é de família do pessoal do Seringal Guanabara. No ano de 1985, nos meus 22 anos o pai planejou para vi fazer uma visita a família de sua esposa no Brasil. E eu fui convidado, para

⁶ Velho Brasil era Antônio Canízio Brasil, este foi dono do Seringal Petrópolis e, era filho de Bechimol Canízio Brasil, também seringalista. O velho Brasil adotou seu Paulo e seu irmão Otávio, depois que seus pais faleceram.

ser seu motorista fluvial. No mês de maio de 1985 fomos para Puerto Esperanza no rio Purus. Baixamos e chegamos a Sena Madureira em 3 pessoas. Eu, pai e o João. Depois chegamos na Terra Indígena Mamoadate, Aldeia Extrema. Naquela época a liderança geral do povo Manchineri, era o José Urias. Eu tinha concluído o 5º ano do primário, portanto tinha conhecimento de leitura, escrita e matemática, e, aqui o povo não tinha professor quem ensinasse e pudesse alfabetizar as crianças que existiam na aldeia, o cacique Zé me convidou para assumir esse cargo e eu concordei. Ao mesmo tempo me engracei de uma menina e fiquei me juntando com ela até hoje. Então a minha saída de Urubamba foi assim. Se cacique não tivesse me convidado, era pra eu voltar. Morei também na Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre. Fiquei aqui (Acre), porque as condições sociais, das comunidades, são bem melhores que as dos Piro do Peru. Hoje uns Manchineri e Piro criaram uma Terra Indígena no Peru, chamada Bufe Pozo, e vivem lá (MANCHINERY, 2019, p. 95-96).

Jaime relembra ainda do tempo das *caucherias* e, de como aprendeu a ler, o que muito contribuiu para que, hoje, seja uma liderança junto aos órgãos indigenistas,

Segundo a informação de meu pai, ele trabalhou com um patrão espanhol, o nome dele era Sebastião Perez, o meu avô trabalhava com ele, cortando *caucho* e outras atividades. Foi esse patrão que alfabetizou o meu pai, e os meus quatros irmãos. Parsimom, João e Carlos foram os primeiros professores de alfabetização pelo Instituto Norte Americano Linguístico de Verano. Foi assim que meu pai se alfabetizou (MANCHINERY, 2019, p. 86-87).

Na convivência com os Piro, seu Zé Urias ressalta a importância de ter aprendido a ler,

O mais importante pra mim, foi aprender a ler e a calcular e, consegui um estudo. Eu aprendi quando eu cortava seringa e, quem me ensinou foi o Piro, mas ele primeiro me ensinou a ler e depois a calcular em nosso idioma, e só depois estudamos o português com professores brasileiros. Eu aprendi a ler com o João Piru, pai do Jaime, isso no ano de 1957 (MANCHINERY, 2019, p. 89).

Sobre o viver do lado de cá e do lado de lá, seu Rero Brasil, nos relatou a trajetória de famílias Manchineri que saíram do Brasil, depois de desavenças familiares e, foram para Bolívia na Bolívia.

O Manduca foi para a cidade de Assis (Brasil) junto com o Charuto, Martins, a mãe dele e a irmã Tereza, que era mulher do Charuto, após desavenças na aldeia em que viviam. Então o Manduca foi procurar um lugar em que eles pudessem morar. Nessas andanças, a procura de uma nova terra, eles acabaram entrando em terras bolivianas. Chegaram em uma terra abandonada, abaixo de Assis Brasil, fizeram suas casas lá dentro, no terreno abandonado, havia muita castanha, era uma terra fértil com muitas outras fruteiras. Num primeiro momento, o governo boliviano não interviu na construção de suas casas. Mas depois que passou um ano, o governo boliviano enviou alguns fiscais e agentes federais para averiguar a situação e, verificar quem eram aqueles moradores. Identificou que eram índios, no caso, índios brasileiros e, tentou expulsá-los. Nesse período, o Manduca negava que era Manchineri, não queria ser índio e escondia que sabia cantar e falar fluentemente na língua materna, mas ele sabia sim, desde pequeno sabia cantar, mas negava. Então os agentes bolivianos disseram que se o Manduca e os outros comprovassem que eram índios mesmo, falando em sua língua materna e cantando, eles poderiam ficar naquela área, caso contrário seriam expulsos de lá. Como o Manduca e os outros sabiam a língua e canções Manchineri, demonstraram para os bolivianos, que gravaram tudo e depois partiram prometendo trazer uma resposta, permitindo que os Manchineri ficassem até resolver aquela situação. Disseram que iam até o Brasil ter

uma conversa diplomática e depois decidiriam se essas famílias Manchineri ficariam ou teriam que sair daquela área. Passou dois meses, depois que os agentes bolivianos estiveram naquela área e quando retornaram já trouxeram o título de delimitação daquela terra, em que estava estipulado o tamanho da terra onde os Manchineri podiam ocupar. Pois os agentes bolivianos viram que aquelas famílias Manchineri mantinham seus costumes tradicionais, foi então que governo boliviano como forma de incentivar suas tradições a se manterem vivas decidiu doar U\$500,00 (dólar) por família para que aquelas famílias pudessem reconstruir suas vidas naquela nova terra (entrevista em 04/2020).

Seu Rero Brasil informa ainda que chegou a visitá-los, em 2001, quando estava indo para o Peru,

Passei pela casa de Manduca, vi o Charuto e o Martins. Depois que voltei do Peru, em 2017, soube que o Manduca havia morrido e que essas famílias Manchineri haviam abandonado aquela terra. Mas, o Jaime Llulu Manchineri que vive entre Assis Brasil, por ocasião de seu compromisso de trabalho e a aldeia na TI Cabeceira do Acre, afirmou que ainda vivem duas famílias de Manchineri na aldeia São Miguel. São os Manchineri da família do Lauro e do Chico Natico. Essas famílias falam na língua materna e procuram manter suas tradições, também recebem Manchineri de outras localidades como do Brasil e Peru e, procurou manter uma relação viva com as outras famílias para não perder o contato com os parentes que ficaram nesses outros países. Segundo Jaime eles gostam de manter vivos os conhecimentos do seu povo e vivem de acordo com as tradições Manchineri e, se identificam como Yine (entrevista em abril de 2020).

Para os Manchineri, a linha fronteira da tríplice fronteira é, do ponto de vista espacial, uma ficção, pois a “movimentação é livre. Livre porque uns tem casa aqui, e tem casa lá”, como ressalta Chola Manchineri, Chefe de Posto da FUNAI de Assis Brasil (MANCHINERY, 2014, p. 58).

Na atualidade, a tríplice fronteira está conectada com o Oceano Pacífico, através da rodovia interoceânica. A Estrada do Pacífico – BR 317, inicia em Humaitá, no estado do Amazonas, passa pelo estado do Acre e se liga ao restante do território nacional a partir da BR 364 em sentido ao estado de Rondônia e, ao Oceano Pacífico via fronteira trinacional do Acre (BR), Bolívia e Peru. Partindo de Rio Branco, a Interoceânica chega à cidade de Assis Brasil, na fronteira com o Peru e Iñapari, cidade peruana na tríplice fronteira. No Peru, segue até o Oceano Pacífico com a denominação de *Carretera Interoceânica Sur*, totalizando 2,6 mil quilômetros em extensão, ligando essa fronteira brasileira aos portos peruanos de *San Juan de Marcona, Matarani e Ilo*, via a rota de Iñapari, Ibéria, Puerto Maldonado, Azángaro, Juliaca, Matarani. Sobre a interoceânica, Ronald Piro⁷ nos relatou,

o eixo de integração, tem “facilitado o acesso” entre os países, como Peru e Brasil, mas também causou uma forte onda migratória entre os próprios nativos, e também afetou diretamente sobre as culturas, pois muitas comunidades nativas tiveram de viver do etnoturismo, não todas, mas as que ficam nas proximidades das *carreteras* (estradas) (MANCHINERY, 2019, p 131-32).

⁷ Ronald Piro é Coordenador de Projetos na *Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes*, Puerto Maldonado, Madre de Dios/Peru.
Boletim Gaúcho de Geografia, Vol. 47 nº 1, p. 177 – 200

A tríplice fronteira é conectada por três cidades: Inapari, Bolpebra e Assis Brasil (figura 01). Nestas, encontramos as características estudadas por Steiman (2012) que são “núcleos localizados de um lado e outro do limite internacional, cuja interdependência é com frequência maior do que de cada cidade com sua região ou com seu próprio território nacional” (STEIMAN, 2012, p. 161), as denominadas cidades gêmeas ou trigêmeas.

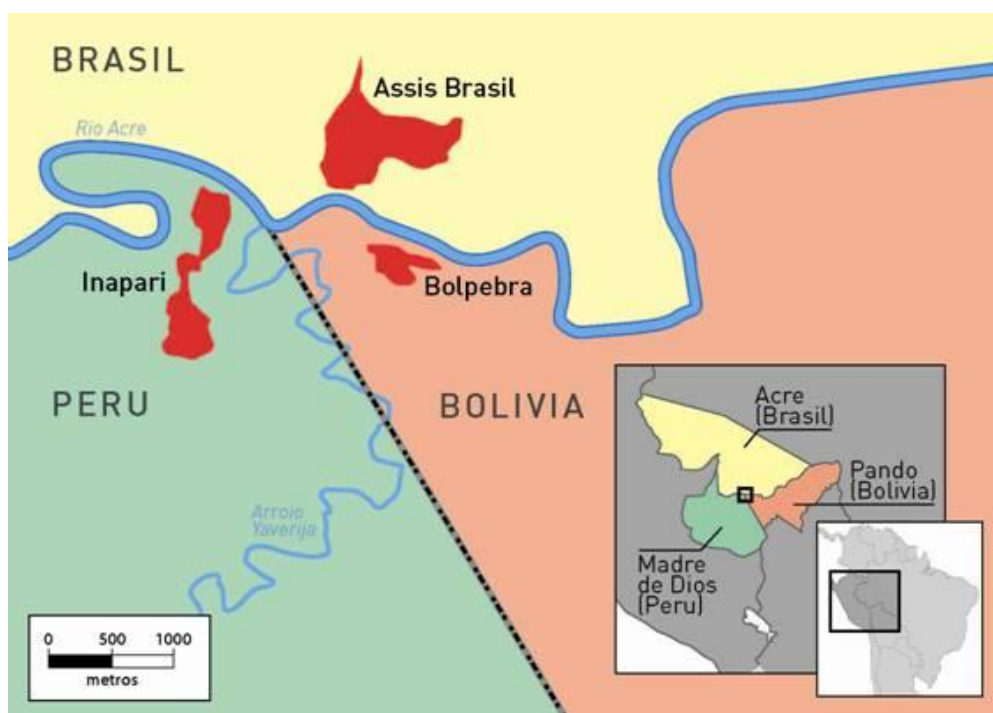


Figura 1 – Cidades da Tríplice fronteira
Fonte: Valcuende (2009, p. 198).

A cidade de Assis Brasil está assentada na antiga sede do Seringal Paraguaçu. Inapari é a capital da Província de Tahuanama, nome de indígenas que foram dizimados pelas correrias, protagonizadas por caucheiros e seringalistas do final do século XIX e início do XX. E, São Pedro de Bolpebra⁸, de formação mais recente com presença de bolivianos, data do final do século XX. Mas, na primeira década do século XX era habitada por peruanos. *Tacna* do rio Acre, era um barracão de peruanos da margem direita do rio *Yaverija*, território que posteriormente passou para a jurisdição da Bolívia.

Além das terras indígenas, a tríplice fronteira é formada por um mosaico de terras protegidas. Estas formam uma espécie de zonas tampão, que, segundo Steiman (2011), tem o propósito de, além de reconhecer os direitos originários das populações indígenas, tem, muitas vezes, o intuito de impedir o avanço de frentes pioneiras; estabilizar a linha de fronteira e diminuir os custos da infraestrutura de defesa e vigilância.

⁸ Soma das siglas advindas de: *Bol* (Bolívia), *Pe* (Peru) e *Bra* (Brasil).

Considerações finais

Neste artigo discutiremos de forma sucinta os diferentes momentos da história das relações interétnicas do povo autodenominado de Manchineri, habitante desta região fronteiriça e, mostramos, também de forma sucinta, como as suas lideranças narram essas relações com o outro, o estrangeiro, o não indígena e os outros povos nativos da fronteira internacional.

O termo fronteira, como vimos, tem características plurais, comportando uma série de definições, pois contempla ao mesmo tempo uma infinidade de maneiras de ler o vivido no processo de constituição das situações fronteiriças. E, o morador da fronteira é aquele que melhor vivencia a ambiguidade das lógicas territoriais, pois ao mesmo tempo em que se depara com o controle rígido das barreiras dos limites internacionais, convive com múltiplas redes de trocas comerciais e culturais.

A identidade indígena, nestas paragens, não se restringe aos grupos definidos por critérios linguísticos e “sinais diacríticos” e, sim pela autoidentificação. O que significa utilizar elementos para se identificar e se diferenciar dos demais, como também a identificação realizada pelo outro para identificar e diferenciar o grupo. É como Yiné, do Peru, serem identificados e se identificarem como peruanos quando estão no Brasil. E, também os Manchineri serem identificados como brasileiros quando estão no Peru e/ou na Bolívia. No dia a dia os Manchineri que transitam nos três países acionam vários mecanismos identitários para se definir como indígenas da/na tríplice fronteira.

Por viverem entre o lado de lá e o lado de cá, os Manchineri articulam vários dispositivos identitários, de forma a estabelecerem outros modos de sociabilidade/pertencimento sobre as quais se forjam espaços e lugares de diferença cultural, plural e singularmente vividos por alteridades indígenas contemporâneas.

Os indígenas na fronteira são definidos por seus traços e modo de vida tradicional, pelas quais são subjugados de forma discriminatória e vexatória por sua fisionomia étnica e peculiar perante o povo “branco”. Fato esse comprovado em discussões construídas ao longo dos anos por pessoas não indígenas. Acredita-se ainda que nas construções de literaturas seja geográfica ou outras ciências, precisa-se sempre tocar em abordagens descolonizadoras sobre os povos indígenas.

Referências

- ACRE, Tribunal de Justiça do. ACRE, Relatórios de Governo – 1899 a 1905: os anos do conflito. Rio Branco, FEM. V. I. 2002.
- AQUINO, Terri Valle de. Kaxinawá: de seringueiro caboclo à peão acreano. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Brasília: UNB/PPA, 1980.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Fronteiras e identidades: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 159-178, jul/dez. 2009.
- BASADRE, Jorge. História de la República del Perú: 1822-1933. Lima, Edições El Comercio, 2004.
- BELTRÁN, Clara López. La exploración y ocupación del Acre (1850-1900). La Paz, Revista das Índias, 2001.
- CALIXTO, Valdir. Plácido de Castro e a Construção da Ordem no Aquiri: contribuições à história das idéias políticas. Rio Branco: FEM. 2003.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, fugitivos e a expansão rumo ao oeste amazônico no século XIX. São Paulo, Tese (doutorado em História). USP, 2017.
- CÉSPEDES, Margoth. Acceso y distribución interna de la tierra en comunidades campesinas de Pando. Cobija: CEJIS, 2005.
- CHIRIF, Alberto. identidad, interculturalidad e inclusión en la Amazonía peruana hoy. Horizontes antropológicos. vol.3 no.6 Porto Alegre Oct. 1997.
- CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido. Brasília, Senado Federal, 2000.
- FOUCHER, Michel. L’Invention des frontières. Paris, Fondation pour les études de Défense Nationale, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. Regiões transfronteiriças e redes "brasileiras" no Mercosul. *Unbral Fronteiras*, Porto Alegre, Instituto de Geociências – UFRGS, 6, 2020, <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/8016>.
- IGLESIAS, Marcelo Manoel Piedrafitas. Os Kaxinawá de Felizardo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008.
- ISHII, Raquel Alves. Viagens do “homem que virou rio”: narrativas, traduções e percursos de William Chandless, pelas Amazônia, no século XIX. Rio Branco, dissertação (Mestrado em Letras: linguagem e Identidade). UFAC, 2016.
- LOPÉZ, Claudia Leonor. Procesos de formación de fronteras en la región del Alto Amazonas/Solimões: la historia de las relaciones interétnicas de los Ticunas. In.: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de & BAINES, Stephen Grant. Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília, UNB, 2005.
- LUCENA, Celia Toledo. Fronteras culturales y sociabilidades: Poblaciones en la triple frontera (Brasil/Bolivia/Perú). In. BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia. Colômbia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012.
- MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Ser Índio em Português In: SIGNORINI, Inês. (org.). *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva. 'Territórios originários': Manchineri além das fronteiras. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNIR, Porto Velho, 2019.

MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva. Territorialidades do Povo Manchineri. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia). Rio Branco, UFAC, 2014.

MANCHINERI, Soleane de Souza Brasil. Trajetórias de luta dos Manchineri do Seringal Guanabara. Dissertação (Mestrado em Letras: linguagem e Identidade). Rio Branco, UFAC, 2020.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Mauro Pereira de. A Questão de Limites entre os Estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. 1990. V. 52, n° 4.

MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade: invenção e reinvenção da identidade acreana. Niterói, Tese (Doutorado em Geografia) – UFF, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PAULA, Elder Andrade de, MORAIS, Maria de Jesus. Nos labirintos das fronteiras amazônicas. In. VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; WITKOSKI, Antônio Carlos. (orgs.). Processos de territorialização e identidades sociais. São Carlos, Rima, V 1. 2010.

PAUWELS, Geraldo. Contribuição para o estudo dos conceitos de 'limite' e fronteira. Porto Alegre, Typographia do Centro, 1925.

PIZARRO, Ana. El trabajador del caucho y la representación narrativa. In. Cuadernos de literatura. Santiago, Vol. XIX n.º37, jan-jun, 2015, p. 313-327

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São. Paulo (SP): Ática, 1993.

RANCY, Cleuza Maria Damo. Raízes do Acre (1870-1912). Rio Branco, EDUFAC, 2008.

REBORATTI, Carlos Eduardo. "Fronteras Agrarias en America Latina". Artigo. IN: Cuadernos Críticos de Geografia Humana – GEOCrítica, Barcelona, mayo 1990, n° 87, 1990.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Seringal e o Seringueiro. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. 1953.

ROCHA, Hélio. Coronel Labre, São Carlos, Scienza, 2016.

STEIMAN, Rebeca. Zona de fronteira e cidades gêmeas. In. BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia. Colômbia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012.

STEIMAN, Rebeca. Áreas protegidas em zona de fronteira. ParaOnde!?, Porto Alegre, 5 (Especial): 101-121, ago./dez. 2011.

TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Brasília: Senado Federal. 2001b, V. 1.

TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Brasília: Senado Federal. 2001a, V. 2.

VALCUENDE, José Maria. (coord.). História e memórias das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo, EDUC, 2009. 278 p.

MANCHINERI PEOPLE AND THE TRIPLE BORDER OF BRAZIL, BOLIVIA AND PERU: LIVING BETWEEN THE SIDE OF HERE (ACRE) AND THE SIDE OF THERE (PANDO AND MADRE DE DIOS)

Abstract:

This article deals with the different moments in the history of the inter-ethnic relations of the Manchineri people and the process of formation and consolidation of the international border of the state of Acre (Brazil) and departments of Pando (Bolivia) and Madre de Dios (Peru). From a methodological point of view, we carried out a literature review of the formation process in this region, systematizing the various interviews with Manchineri about the contact with the non-indigenous. In addition, we conducted new interviews, with a view to discuss how the Manchineri leaders narrate these relationships with others, foreigners, non-indigenous people and other native peoples in the border region. Thus, the results of the article show that the Manchineri live today in different demarcated and/or claimed indigenous lands, in the state of Acre, and in the departments of Pando, Madre de Dios and Ucayali. In summary, as they live between the side of there and the side here, the Manchineri articulate various identity devices, in order to establish other modes of sociability/belonging on which spaces and places of cultural difference are formed, plural and singularly experienced by contemporary indigenous alterities.

Keywords: *Manchineri people. Triple border. Ethnic identities. Borders.*

PUEBLO MANCHINERI Y LA TRÍPLICE FRONTERA DE BRASIL, BOLIVIA Y PERÚ: EL VIVIR ENTRE ACÁ (ACRE) Y ALLÁ (PANDO Y MADRE DE DIOS)

Resumen:

Este artículo versa sobre los diferentes momentos de la historia de las relaciones interétnicas del pueblo Manchineri y el proceso de formación y consolidación de la frontera internacional del estado de Acre (Brasil) y departamentos de Pando (Bolivia) y Madre de Dios (Perú). Del punto de vista metodológico, realizamos un repaso bibliográfico del proceso de formación de esta región, sistematizamos las diversas entrevistas con Manchineri sobre el contacto con el no indígena. Además, hicimos nuevas entrevistas, con la intención de discutir como los liderazgos Manchineri narran esas relaciones con el otro, el extranjero, o no indígena y los otros pueblos nativos de la región fronteriza. De esta forma, los resultados del artículo apuntan que los Manchineri viven, hoy, en diferentes tierras indígenas demarcadas y/o reivindicadas, en el estado de Acre, y en los departamentos de Pando, Madre de Dios y Ucayali. En síntesis, por vivir entre allá y acá, los Manchineri articulan varios dispositivos de identidad, de forma a establecieron otros modos de sociabilidad/pertenencia sobre las cuales se forjan espacios y lugares de diferencia cultural, plural y singularmente vividos por alteridades indígenas contemporáneas.

Palabras clave: *Pueblo Manchineri. Tríplice frontera. Identidades étnicas. Fronteras.*

Submetido: 29/04/2020

Aceite: 22/09/2020